



Educação. Revista do Centro de Educação

ISSN: 0101-9031

claubell@terra.com.br

Universidade Federal de Santa Maria

Brasil

Vargas Gil, Carmem Zeli de
Jovens e juventudes: consensos e desafios
Educação. Revista do Centro de Educação, vol. 36, núm. 1, enero-abril, 2011, pp. 25-42
Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria, RS, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117118584003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Jovens e juventudes: consensos e desafios

Carmem Zeli de Vargas Gil*

Resumo

Este artigo retrata parte das reflexões empreendidas na pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Examina os consensos que os estudos, a partir da década de 1990, produziram sobre os jovens, evidenciando a diversidade e as desigualdades que envolvem os jovens de nosso tempo. Do ponto de vista teórico, as análises tiveram sustentação nos estudos de Melucci, Sposito, Pais, Serna, Reguillo, Abad, Feixa entre outros. Percebe-se que após as atenções terem se dirigido às crianças e aos adolescentes nos anos 80 com a elaboração e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, na década seguinte é a categoria juventude que ganha visibilidade. Diversos fatores pesam nesse sentido, como o grande contingente populacional jovem, o índice de desemprego e desocupação juvenil, a disseminação da AIDS entre os jovens e os indicadores sociais que colocam a juventude como “problema social”. Nesse contexto, alguns consensos começam a se firmar: o entendimento dos jovens como sujeitos de direitos, a diversidade da realidade juvenil, a juventude como uma condição singular e a necessidade de respostas diferentes para situações diversas. Permanecem, entretanto, os desafios colocados pelos dados que indicam a situação dos jovens brasileiros.

Palavras-chave: Jovens; Juventudes; Desigualdades; Educação.

Youngsters and youths: consensus and dissensus

Abstract

This paper depicts part of the reflections developed in the doctoral research within the Postgraduate Program in Education at UFRGS. It examines the consensus that the studies, since the '90s, produced about the young, putting in evidence the diversity and uniqueness related to the youth of our time. From a theoretical point of view, the analyses were based on the studies realized by Melucci, Sposito, Pais, Serna, Reguillo, Abad, Feixa, among others. It is clear that after attention had been directed at children and teenagers in the 80's with the elaboration and adoption of the *Estatuto da Criança e do Adolescente* [Children and Young Persons Statute], in the next decade, the youth gained visibility. There were several contributing factors such as the large contingent of young people, the unemployment rate and the lack of activities for young people, the spread of AIDS among the young population and the social indicators that

* Professora Doutora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Carmem Zeli de Vargas Gil

regard the youth as a “social problem”. In this context, some consensus started to be established: the understanding of young people as subjects with rights, the diversity of their reality, the peculiarities of youth, and the need for distinct responses to different situations. However, the challenges remain on how to contemplate all that in the public policies directed at the young in Brazil.

Keywords: Young people; Youths; Inequalities; Uniqueness.

Um começo de conversa

Falar em juventude hoje é tratar de contrastes: mais acesso à educação e menos acesso ao trabalho; mais acesso à informação e menos acesso ao poder; mais recursos para uma boa saúde, embora se constitua como a parcela da população que tem o mais alto índice de mortalidade; vive a expansão do consumo simbólico e a restrição do consumo material. Tais aspectos, em parte, definem uma tensão entre autodeterminação e desmobilização, fazendo com que os jovens projetem mais individualmente seus planos de vida. Além disso, estigmatizados, os jovens têm muito pouca voz no sistema político e representativo.

Compreender a etapa da juventude em sua complexidade implica reconhecer que aquilo que é denominado *juventude* adquiriu sentidos diferentes ao longo da história. A juventude encerra uma enorme diversidade de variáveis biológicas, psicológicas, sociais, culturais, políticas e ideológicas. Isso significa dizer que não existe “a juventude”, mas juventudes que expressam situações plurais, diversas e também desiguais na vivência da condição juvenil. No entanto, a simples utilização dessa expressão no plural não garante, por si só, o reconhecimento das realidades vividas pelos jovens, por parte de quem a anuncia. Utilizar a palavra juventudes no plural demonstra algum cuidado com as generalizações que simplificam. Indica perceber os jovens como sujeitos que se distinguem e se identificam em suas muitas dimensões, tais como as de gênero, cor da pele, classe, local de moradia, cotidianos e projetos de futuro.

Nas sociedades industriais modernas, juventude é uma palavra que supõe mais do que idade, biologia, cultura, psicologia ou classe social. A pluralidade de circunstâncias de vida dos jovens, entretanto, nem sempre encontra correspondência nas representações que as sociedades elaboram sobre esse tema; é comum que essas estejam ancoradas em ideias sobre o que seria o jovem ideal e também em estereótipos sobre a juventude que fugiria aos valores de determinado senso moral dominante. Assim, ao considerar que a juventude constitui uma condição social e, ao mesmo tempo, um tipo de representação, é preciso também reconhecer que, quase sempre, os modelos positivos se espelham em jovens que não são das classes populares e reforçam estereótipos e antagonismos nas relações entre as classes sociais.

Jovens e juventudes: consensos e desafios

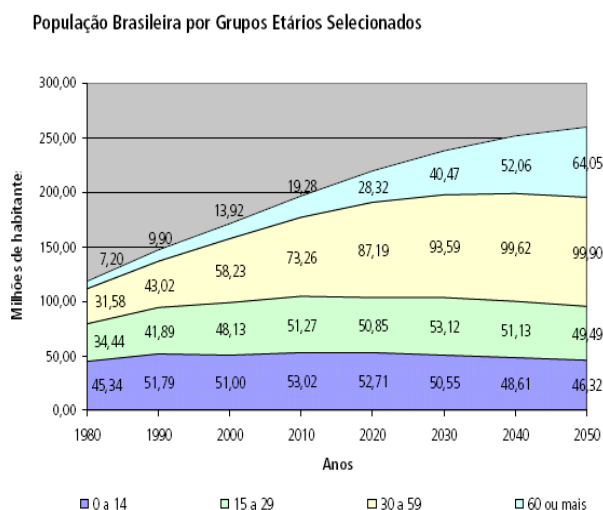
A seguir apresento alguns dados, reflexões e estudos sobre jovens no Brasil que apontam desigualdades sociais e desafios que ampliam o compromisso das pesquisas, no sentido de aprofundar o conhecimento sobre a diversidade do ser jovem atualmente, possibilitando, com isso, repensar políticas e programas com jovens.

Os atores jovens

Há que se pensar no futuro não tão longe, diria os próximos trinta anos, quando teremos uma redução do número de jovens, considerando os dados demográficos da população brasileira.¹

Dados da Projeção Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – revisão 2004) apontam que, em 2006, os jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos somavam 51,1 milhões de pessoas, o que então correspondia a 27,4% da população total. Este contingente é 48,5% maior do que aquele de 1980, quando havia no país 34,4 milhões de jovens; no entanto, ainda é menor do que os 51,3 milhões que foi projetado para 2010.

As projeções indicam, no entanto, que a partir daí a tendência de crescimento da população jovem deverá se reverter, havendo uma redução progressiva no número absoluto de jovens no Brasil, que chegará a 2050 em torno de 49,5 milhões (gráfico a seguir).



Fonte: Projeção Populacional – Revisão 2004/IBGE
Elaboração: Núcleo de Gestão de Informações Sociais da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA

Carmem Zeli de Vargas Gil

O peso numérico desse segmento na atualidade, bem como o fato de que suas condições sociais presentes deverão ter impacto sobre a fase seguinte da transição, justificam um olhar especial sobre as questões que afetam e mobilizam os jovens brasileiros hoje.

Nas décadas finais do século XX, houve a chamada “onda jovem”, que significou o aumento relativo da população em idade ativa. Com isso, ganha importância o entendimento dos jovens como *atores estratégicos do desenvolvimento*. O *slogan* era: investir nos jovens de hoje é uma necessidade para incrementar o potencial produtivo das economias nacionais. Investimentos são anunciados na área de educação em prol do acúmulo de “capital humano” pelos jovens. Por outro lado, num cenário de restrição das oportunidades de emprego – que afeta inclusive os trabalhadores já inseridos, desacreditando a estabilidade como marca fundamental da vida adulta –, duas grandes tendências se configuram entre os jovens.

Aqueles de origem social privilegiada adiam a procura por trabalho e seguem dependendo financeiramente de suas famílias; com isso, ampliam a moratória social, podendo, entre outras coisas, estender sua formação educacional. Os demais acabam se submetendo a empregos mal remunerados e, também, dependentes de suas famílias ou sem trabalho ficam, no dizer de Machado Pais (2001), marcando bobeira na esquina.

A noção de “moratória social” representa, ao mesmo tempo, uma conquista e uma negação. No dizer de Abad (2003, p. 27), a instauração da moratória é a chave para definir ontologicamente a atual condição juvenil, “como uma metáfora da sociedade atual: a contradição entre uma ilusória promessa de liberdade individual e a possibilidade de uma verdadeira conquista coletiva”.

Estudos recentes sobre juventude percorrem a trilha das transformações que se operam na vida em sociedade, procurando compreender ou explicar o caleidoscópio de *nuances* e perspectivas que se abrem às leituras da forma de ser e de viver dessa parcela significativa e instigante do planeta: os jovens.

A produção bibliográfica tem crescido, principalmente associada a universos urbanos, sendo os anos 1990 um marco nas pesquisas. Pais (1993); Feixa (1998); Margulis, (1996); Levi e Schmitt, (1996); Peralva e Sposito, (1997); Foracchi, (1997); Novaes, (1996, 1998), dentre outros, são trabalhos importantes neste cenário.

Chama a atenção o protagonismo de países como o México, Chile, Colômbia e Argentina com expressivas publicações sobre este tema (MARGULIS, 1998, REGUILLO, 2001, SERNA, 1997, ISLA, 2001, VALENZUELA, 1998) e Brasil (CASTRO, 2003, SPOSITO, 1997, CARRANO, 2002, DAYRELL, 2001, PERALVA, 1997, NOVAES, 2005, ABRAMO, 1997).

Jovens e juventudes: consensos e desafios

Percorrendo alguns dos textos dos autores referidos que pesquisam a temática juventude é possível identificar pontos relevantes, entre eles:

– as reflexões sobre juventude ora situam o jovem como sujeito político, ora como sujeito social, cultural e até mesmo como sujeito passivo, diante dos interesses dos segmentos dominantes;

– a designação “culturas juvenis” comparece como o “guarda-chuva” das diferentes perspectivas para definir a juventude em suas diversas manifestações e expressões.

O corte etário de 15 a 24 anos, definido por organismos internacionais como Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), procura homogeneizar o conceito de juventude a partir de limites mínimos de entrada no mundo do trabalho, reconhecidos internacionalmente, e limites máximos de término da Educação Básica. Vários autores, entre eles Ariés (1981), já disseram, a partir de seus estudos, que a idade ou posição no ciclo da vida e os ritos de passagem para o mundo adulto são *status* atribuídos.

Sobre a categoria juventude, Castro (2005) apresenta três movimentos ou momentos que se desenham para sua definição: primeiro, a definição da categoria a partir de elementos físico/psicológicos, como faixa etária, mudanças físico-biológicas e/ou comportamentais; o segundo, a definição adjetivada da categoria; e o terceiro, a crítica a esses recortes e a busca de outros atributos. Atravessando essas abordagens, aparece com frequência a percepção de “juventude” e “jovem” como associados a determinados problemas sociológicos ou como agentes privilegiados de transformação social.

Contudo, os termos “jovem” e “juventude” podem levar a generalizações arriscadas. Margulis (1996, p. 9) qualifica juventude como:

A juventude está na vanguarda portadora de transformações, notórias ou imperceptíveis, nos códigos da cultura, e incorpora com naturalidade as mudanças nos costumes e nas significações que foram objeto de lutas na geração anterior; sua sensibilidade, sistema perceptivo, visão das coisas, atitudes em relação ao mundo, sentido estético, concepção do tempo, valores, velocidades e ritmos nos indicam que está habitando com comodidade um mundo que vai nos deixando para trás.²

Trata-se de uma perspectiva que afirma a juventude como agente de transformações sociais e o “jovem” como ator social privilegiado. Talvez uma visão quase heroica da juventude. Assim, mesmo quando se faz a crítica às delimitações etárias, em alguns trabalhos é reforçada a característica transformadora inerente ao jovem. Ou ainda, as definições de “jovens em situa-

Carmem Zeli de Vargas Gil

ção de risco” que foram a base para alguns programas sociais do governo Plano Nacional de Formação do Trabalhador (Planfor), Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).

Mais do que um processo de juvenilização da sociedade, estamos vivendo a assunção de uma expressão política juvenil, que vai além da representação tradicional (âmbito partidário e estudantil). No dizer de Peralva (1997, p. 23), “Enquanto o adulto vive ainda sob o impacto de um modelo de sociedade que se decompõe, o jovem já vive em um mundo radicalmente novo, cujas categorias de inteligibilidade ele ajuda a construir”.

A juventude é simultaneamente uma estação da vida (MELUCCI, 1992b), uma condição social e, ao mesmo tempo, uma representação (PERALVA, 1997). As conceituações mais gerais em torno da juventude enfatizam a importância de não considerá-la como categoria homogênea, mesmo em um contexto histórico definido (PAIS, 1993; SPOSITO, 1994), sendo importante considerar a diferenciação em torno das noções de jovens (sujeitos concretos) e juventude.

Algumas conceitualizações operativas emergem na produção dos pesquisadores citados acima, entre elas condição e situação juvenil, jovem como sujeito, consumo, moratória, esfera pública, desinstitucionalização e tempo. Relativamente à condição juvenil, por diversos caminhos,³ os autores demonstram como se constrói socialmente a condição juvenil, em suas dimensões sociais e culturais (MARGULIS; URRESTI, 2000; SERRANO, 1998; DAYRELL, 2003; VALENZUELA, 1998; REGUILLO, 2003; FEIXA, 1999). Esses autores consideram a juventude uma condição constituída pela cultura, atravessada pelos recortes de classe, gênero, território, etnia e geração e nas formas como cada uma delas se expressa hoje.

A juventude é tomada como um conjunto social diversificado, perfilando-se diferentes tipos em função de seu pertencimento de classe social, situação econômica, interesses e oportunidades ocupacionais e educacionais (CASTRO, 2002). Destacam ainda as particularidades do ser jovem, a forte influência do contexto social que gera determinados modos de viver a juventude. Referindo-se, por exemplo, às dificuldades de afirmação desse sujeito juvenil no mundo do trabalho e dos compromissos de mercado, Pais (2001) indica o surgimento da “geração ioiô”, que se vê compelida a retornar à casa/família de origem por não conseguir assumir-se autonomamente. Nesta mesma direção, Carrano (2002) “batiza” a “geração canguru” referindo-se àquela parcela significativa de jovens que não conseguem (ou não querem?) deixar a casa e a vida que os constituiu como “filhos”.

Para Sposito e Carrano (2003), há diferença entre condição juvenil (modo como é significado este ciclo de vida) e situação juvenil (percursos desta condição juvenil em seus diversos recortes). Dayrell (1998), nesse sentido, reafirma a inexistência de um único modo de ser jovem nas camadas populares,

ainda que a diversidade dessas manifestações tenha como base as condições sociais (classes sociais, de gênero e de territórios). Os códigos culturais (etnias, identidade religiosa e valores) também ocupam espaço importante na condição juvenil.

Esses autores, ao aproximarem os condicionamentos sociais aos culturais, configuram outra regularidade discursiva: a juventude não é só um signo nem se reduz aos atributos “juvenis” de uma classe. As modalidades sociais de ser jovem dependem da idade, da geração, do crédito vital, da classe social, do marco institucional (das instituições) e do gênero. Há mais possibilidades de ser “juvenil” quando se é rico e homem. Mas, mesmo entre os pobres, é possível viver essa condição, através do acesso a outras modalidades, que não ao juvenil midiático, nas suas relações com o bairro, com a família, com as instituições locais, com os avós, os filhos, etc.

Analisando as experiências dos jovens na esfera pública em diferentes cenários, práticas, mercados e políticas, os autores citados falam do sujeito juvenil como sujeito político (REGUILLO, 2003b); sujeito social (FEIXA, 1999; DAYRELL, 2003; VALENZUELA, 1998); sujeito de direitos (SPOSITO; CARRANO, 2003); como modelo cultural (PERALVA, 1997; SERRANO, 1998; MARGULIS, 1998).

Com referência ao consumo, as “juventudes presentes” são atores desse momento histórico, atravessado por crises de ordem econômica, social e cultural e, nas convocatórias e cooptações do discurso dominante ao consumo capitalista, os jovens são transformados em objetos do mercado.

Autores como Chmiel (2000), Margulis e Urresti (1998), Serrano (1998) e Reguillo (2003a) trazem importantes reflexões sobre como o consumo modula as sociabilidades juvenis. O fetiche do juvenil pela via do consumo é denominado por esses autores de juvenilização, fenômeno no qual a juventude é processada como motivo estético, ou como objeto publicitário, e sua conversão em mito contribui para a evaporação da história acumulada na memória (PERALVA, 1997). Na cultura do consumo existe o mito da juventude e ser jovem virou *slogan* de vitória e felicidade. Se puder consumir, ele é extremamente valorizado. Por outro lado, a combinação de juventude e pobreza materializa a criminalização brasileira.

No conjunto de autores estudados, Margulis e Urresti (2000) são os que desenvolvem com maior amplitude a ideia de moratória. Definem dois tipos: a moratória vital (e não só social como dizem os estudos), isto é, o *plus*, o crédito temporal que depende da idade e é um fato indiscutível. A partir daí, começa a diferença de classe e de posição no espaço social que determina o modo como se processará posteriormente. As demais possibilidades, que incidem no modo de ser dos jovens, configuram a moratória social, ou seja, a postergação do ingresso no mundo adulto, que não é uma possibilidade para todas as classes sociais.

Carmem Zeli de Vargas Gil

Sabe-se que muitos jovens são impelidos a trabalhar desde cedo para contribuir com a renda familiar. Se esses jovens não podem gozar da moratória social, os mesmos não poderiam por essa ótica ser considerados, então, jovens? Sobre esse impasse Margulis e Urresti apresentam a ideia de “moratória vital”. Independente da moratória social, os jovens são todos aqueles que gozam de um “*plus* de tempo, um excedente temporal, que é consideravelmente maior que o das gerações anteriores coexistentes” (1998, p. 10).

Margulis e Urresti chamam de “facticidade” a relação existente entre essas duas moratórias, a social e a vital, pois combinadas levam ao entendimento de que “a juventude não seja apenas uma palavra, uma estética ou uma moratória social, mas um posicionamento temporal” (1998, p. 10). A estética jovem tem sido utilizada como termômetro para classificar a juventude, mas, segundo os autores, essa percepção não apresenta força para encerrar o conceito. Se a juventude é processada como motivo estético ou fetiche publicitário, através de estilos de vida, gostos, preferências e indumentárias, Margulis e Urresti (1998) entendem que esse conjunto de signos desenha não a juventude, mas a juvenilização, oferecida como produto mercadológico, podendo ser adquirido por aqueles que desejarem consumi-lo, independente da idade.

Outro tema destacado nos estudos dos autores referidos diz respeito à relação dos jovens e da esfera pública. Os sujeitos jovens ingressam na esfera pública de diversas formas (através da música, do trabalho, das expressões culturais, etc.), elaborando formas próprias de sociabilidade, exercitando a convivência social e o contraditório espaço das diferenças.

No campo da esfera pública, dos autores e obras pesquisadas, é Reguillo (2003b) quem mais desenvolve a articulação do cultural com o social e o político, expandindo o conceito clássico de cidadania de Marshall, baseado nos marcos civis, políticos e sociais. A cidadania é uma categoria-chave, uma mediação que, por um lado, define os sujeitos, demarca interesses e cenários em jogo, perante o Estado e demais segmentos em disputa e, por outro, protege os cidadãos perante os poderes do Estado.

Abad (2002) propõe a construção de uma “cidadania da condição juvenil”, pautada não só pelo acesso e exercício dos direitos sociais, civis e políticos, mas pela aquisição de uma “consciência cidadã”, através de vivências concretas de empoderamento e de apropriação de um sentido de sensibilidade social para discernir o justo do injusto, direitos e deveres. Essa dimensão associa-se, também, às ações públicas que contribuem com a afirmação da condição juvenil “cidadã”, entendida como o incremento da capacidade de construir autonomamente objetivos pessoais e socialmente responsáveis, de comunicá-los e de defendê-los. Em que pese a complexidade dessa temática, considerando as diferenças regionais, as diferenças e desigualdades de classe, gênero, Reguillo (2003a) aponta a existência de algumas características que os jovens

Jovens e juventudes: consensos e desafios

latino-americanos compartilham, através de “emblemas aglutinadores”, que definem as culturas juvenis desse tempo histórico:

- possuem uma consciência planetária, globalizada;
- priorizam os pequenos espaços da vida cotidiana como trincheiras para impulsionar a transformação global;
- respeitam o indivíduo, que se converte no centro das práticas. O grupo de pares é uma mediação (e não um fim em si mesmo) que deve respeitar a heterogeneidade;
- selecionam as causas sociais com as quais se envolverão;
- o bairro e o território têm deixado de ser o epicentro do mundo.

Tais questões, que vêm se desenhando nas múltiplas culturas juvenis, podem consolidar a juventude enquanto área/campo do conhecimento que supere a lógica da ordem/desvio e reposicione o jovem como sujeito social que participa, interferindo nos rumos políticos da sociedade.

A autora não só “alarga” o conceito de cidadania, como também o subverte, chamando a atenção para o potencial do capital político dos jovens, não só nas “urnas”, mas, sobretudo, na “culturalização” da política. Essa seria a dimensão da cidadania cultural. “Repolitizar a política é uma opção para a conquista da cidadania juvenil, capaz de utilizar a sua força (eleitoral) e sua vitalidade na urgente reconstrução do espaço público” (REGUILLO, 2003a, p. 9).

Para Margulis (1998), os jovens aterrissam no presente e nele formam sua personalidade, constroem sua cultura e organizam seu ritmo de vida, mergulhados num tempo de incerteza. Tempos ziguezagueantes (PAIS, 2001) e velozes são tempos de contratempos. Muitos desses contratempos caracterizam a condição juvenil contemporânea. São as continuidades e discontinuidades das trajetórias juvenis, que Pais (2001) articula à família, à escola e ao trabalho. O que ocorre em um destes aspectos influencia os demais, virando e revirando os rumos da vida. Nas idas e vindas no tempo, jovens entram na vida adulta para em seguida redescobrir a juventude.

A crise das instituições clássicas é outro ponto recorrente nos estudos sobre juventude. Corrachano (2008), a partir dos estudos de Dubet, desenvolve interessante reflexão sobre a socialização em tempos de fragilidade das instituições. Essas já não parecem capazes de gerar referências rígidas, sendo tarefa de cada um dar concretude ao papel social e à instituição. Cada vez mais somos chamados a construir experiências do que a interiorizar papéis.

Nessa perspectiva, Pais (2001, p. 405) fala da desinstitucionalização da vida social, “não porque as instituições estejam em declínio ou em vias de

Carmem Zeli de Vargas Gil

extinção, mas pelo fato de serem vias de mudança social”. Os muros das instituições quase não existem mais e fica difícil distinguir o dentro do fora. “O *fora* invade o *dentro* e no *fora* também encontramos o *dentro*, num jogo de variações de intencionalidades, de hibridismos, de artificialidade.”

Nesses contextos, os jovens se fazem entre a escola para o futuro, o trabalho sem futuro e a família do presente. Seres “nômades” (MELUCCI, 2002), “pássaros migratórios” (PAIS, 2001) fazem do presente não um trânsito para um futuro incerto, mas um tempo de encontrar alternativas para um futuro possível. Obviamente que outros, com ou sem condições materiais, estão no limiar do que pode ser feito, mas não deve; quero, mas não posso; posso, mas não devo. Com esses dilemas, a vida é um jogo do presente ou é jogada para o futuro; feita e refeita com projetos ausentes ou em curto prazo, com âncoras religiosas, políticas, familiares, profissionais ou de amizades.

Tempo é, portanto, um conceito imbricado nas vivências juvenis. Tempo vivido, institucional, interno, social, do relógio, tempo das políticas públicas, tempos dos projetos juvenis. No dizer de Furter (1987, p. 96), quando o homem toma consciência de que é um ser temporal, descobre o valor da espera, de algo que poderá satisfazer as necessidades que sente.

Elias (1998) escreveu páginas memoráveis sobre o tempo. Diz ser fácil entender que os relógios sejam instrumentos construídos e utilizados pelos homens em função das exigências da vida, mas que o tempo tenha igualmente um caráter instrumental é algo que não se entende com facilidade.

Houve um tempo em que o tempo não seguia do passado ao futuro. Era cíclico. O que já foi seria novamente. Nesse tempo reversível, medido por eventos concretos, inexistia a ideia de futuro em longo prazo. A concepção cristã rompe com esta ideia, definindo que o tempo não avança mais por um movimento circular, mas linear, onde o fluir se estende entre dois polos – a Gênese e o Apocalipse. O futuro tem então um limite.

A modernidade laiciza a concepção do tempo que permanece linear, com o sentido do agir ligado ao futuro. Mas o futuro é submetido ao domínio humano. O tempo aberto e irreversível do futuro avança na direção do progresso. Após a Segunda Guerra Mundial, o futuro passa a ser mais temido que almejado. A mudança, a incerteza e a velocidade transformam o futuro em algo indeterminado e dominado pelo risco.

Carmem Leccardi (2005, p. 36) faz uma relação entre riscos e o futuro:

[...] quando a incerteza aumenta para além de certo limiar e se associa não apenas com a ideia de futuro, mas com a própria realidade cotidiana, pondo em causa a dimensão do que é considerado óbvio, então o “projeto de vida” tem seu próprio fundamento subtraído. Além

Jovens e juventudes: consensos e desafios

disso, quando a mudança, como ocorre em nossos dias, é extraordinariamente acelerada, e o dinamismo e a capacidade de *performance* são imperativos, quando o imediatismo é um parâmetro para avaliar a qualidade de uma ação, investir num futuro a longo prazo acaba parecendo tão pouco sensato quanto adiar a satisfação.

Leccardi (2005) mostra, em seus estudos, que a reflexão sobre o tempo permite articular a discussão da vivência juvenil com as mudanças e os conflitos sociais. O significado contemporâneo de futuro interfere nos projetos de vida e nas biografias juvenis, diante da fragilidade das condições de vida dos jovens. Nesse contexto, é importante pensar os diferentes contornos da participação juvenil.

Os comentários a respeito desse campo temático reforçaram a necessidade de indagar o que os “jovens-alvo das Políticas Públicas” pesquisados por Marília Sposito (2007), por exemplo, têm em comum com as “tribus juvenis” de Margulis (1996), ou com os “punks” de Feixa (1998), ou ainda com “jovens do Funk” de Dayrell (2002). Talvez o fato de certo campo de conhecimento definir que todos são jovens. Ou ainda, a apropriação de um senso comum reproduzido em nosso cotidiano, que nos sugere quem é jovem e quem não o é. O fundamental, também, é que esses estudos evidenciam a diversidade dos jovens contemporâneos, ficando para as políticas públicas o desafio de considerar as diferenças.

Para continuar refletindo

As ideias apresentadas neste artigo agregam estudos de diferentes pesquisadores que buscam ampliar os entendimentos sobre os jovens e as juventudes em tempos difíceis. São estudos que reafirmam a crença de que somos as experiências que temos possibilidade de vivenciar, o que nos leva a refletir sobre as condições que a parcela dos jovens brasileiros tem para planejar e realizar projetos de vida.

Os estudos citados e os dados apresentados sugerem que ser jovem no Brasil hoje é:⁴

- pertencer a um grupo de 35,1 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos, portanto 19% da população brasileira;
- estar ligado/a de alguma forma ao mundo do trabalho, pois de cada 10 jovens entre 15 e 24 anos, sete participam do mercado de trabalho como empregado ou procurando emprego;
- estar na faixa da População Economicamente Ativa (PEA) mais atingida pelo desemprego;

Carmem Zeli de Vargas Gil

- viver em famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo (58,7% dos jovens brasileiros estão nessa condição);

- viver na cidade, pois 83% moram na zona urbana e 17% na zona rural;

- viver em um país preconceituoso: as jovens estão mais sujeitas ao desemprego do que os jovens, pois 25% delas estão desempregadas contra 15% dos rapazes;

- ganhar menos do que os adultos;

- cumprir uma longa jornada de trabalho, geralmente combinada com a dedicação aos estudos;

- estar na escola, pois, segundo o Censo Demográfico de 2000, a taxa de escolarização de jovens de 15 a 17 anos passou de 55,3% para 78,8%;

- pertencer a um segmento que tem dificuldade de concluir o Ensino Médio.

As respostas às demandas dos jovens exigem que se considere o contexto de dificuldades e possibilidades que marca a sociedade brasileira. Não é possível pensar políticas de juventude e participação juvenil sem considerar as dívidas sociais que se acumularam na história do Brasil e refletir sobre as urgências que se colocam no presente.

Em relação à educação pode-se ressaltar, além dos problemas apontados nas avaliações nacionais, a situação alarmante da maioria dos jovens brasileiros que entram no Ensino Médio e apenas metade permanece até o fim e uma pequena minoria realmente aprende o que deveria. Somente em 2009, com a Emenda Constitucional 59, a Constituição foi alterada para tornar obrigatórios 14 anos de estudo (nove do Ensino Fundamental, dois do Infantil e três do Médio), ficando assim a redação do Artigo 208: “I - *educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria*”. O prazo para a universalização dessa obrigatoriedade é 2016.

Outro aspecto a considerar é a precariedade de indicadores de qualidade do Ensino Médio. Enquanto os alunos do Fundamental são avaliados individualmente pela Prova Brasil desde 2005, o Ensino Médio continua sendo avaliado por amostragem, o que dificulta ainda mais a implantação e o acompanhamento de metas por escola e aluno.

As tecnologias reduziram os postos de trabalho mecânicos e aumentaram a exigência mínima intelectual para os empregos. A chance de um jovem sem Ensino Médio ser excluído na sociedade atual é muito maior do que há

uma década, por exemplo. Ao mesmo tempo, conforme referido anteriormente, o Brasil entrou em um momento histórico em que há mais adultos do que crianças e idosos, o que significa menos jovens para educar futuramente.

É importante lembrar que o ensino brasileiro tem a marca da preparação para o acesso à universidade e não para a vida ou o curso superior em si. A questão é que, segundo dados do MEC 15% dos jovens brasileiros de até 29 anos fizeram ou estão fazendo um curso superior.

Assim, os dados sobre os jovens brasileiros evidenciam que os riscos transformam o futuro da terra prometida num cenário pintado com tintas foscas, se não abertamente ameaçadora para a existência. Trata-se do esgotamento da própria ideia de projeto de futuro. Trabalho e escola parecem não dar mais as credenciais para uma verdadeira “reviravolta” na vida dos jovens, a incerteza invade o futuro e o risco inunda o presente. Sem possibilidades de ancorar as experiências nas instituições sociais e políticas, como, então, os jovens vão construir formas positivas de relação entre seu próprio tempo de vida e o tempo social?

Alberto Melucci (1998) evocou a figura do “nômade” como metáfora das trajetórias dos jovens contemporâneos. Os “nômade do presente” não perseguem uma meta, mas avançam/exploram envoltos pelo provisório.

Parte dos jovens, em resposta às condições sociais de grande insegurança e de risco, encontra refúgio em projetos de curto prazo, que assumem o “presente estendido” (LECCARDI, 2005) como área temporal de referência. Reagem ao “tempo curto” da sociedade da aceleração com projetos *sui generis*, que se expressam sobre arcos temporais mínimos e que, por isso mesmo, parecem extremamente maleáveis.

“Um presente estendido” que nega o futuro: não haverá trabalho, não haverá água potável, não haverá natureza, não haverá família; e impõe um viver tudo no menor tempo possível como uma ditadura do presente. Mas, como escreveu Victor Hugo, na obra *Os Miseráveis*, “julgar-se-ia bem mais corretamente um homem por aquilo que ele sonha do que por aquilo que ele pensa”.

Parece que o que está em jogo é a esperança que se deposita em algo que ainda não conhecemos. Se a esperança é fraca, o desânimo se instala e o futuro pode ser imaginado como ausente ou utópico; se é forte, faz do presente um tempo de espera ativa e o futuro pode ser imaginado como articulado às escolhas e às possibilidades do presente. Mas como ter esperança num tempo presente em que o futuro é um *presente* que poucos recebem? Não almejo concluir este artigo com uma pergunta que se encaminha para o desânimo. Prefiro um ponto final provisório com uma frase de uma jovem: “*Queremos que as pessoas vivenciem experiências novas e que consigam cuidar umas das outras. Isso é humanizar e não roubar a dignidade e a confiança das pessoas*”.

Referências

ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. FREITAS, M. V.; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). **Políticas públicas: Juventude em pauta**. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2003.

_____. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadanía y nueva condicion juvenil. **Última Década**, Viña del Mar, CIDPA, número 16, mar., 2002.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude. **Revista Brasileira de Educação**. Juventude e Contemporaneidade. São Paulo: ANPED, Número Especial: n. 5: maio/jun./jul./ago. e n. 6: set./out./nov./dez., 1997.

_____. **Desejo de mudança e novas formas de participação**. In: Fundação Kellogg, 2004. Disponível em: <http://www.aracati.org.br>. Acesso em: 13 jul. 2004.

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

CARRANO, P. C. R. **Os jovens e a cidade**: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

_____. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. Juventudes: as identidades são múltiplas. Movimento. **Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense**. Niterói, n. 1. maio 2000. p. 11-27.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Por um novo paradigma do fazer política**. Brasília: Unesco, 2003.

CASTRO, E. G. de. **Juventude rural**: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra”. Trabalho apresentado na XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005.

CHMIEL, S. O milagre da eterna juventude. In: MARGULIS, M. **A juventud es mas que uma palabra**. Buenos Aires: Biblos, 2000, p. 85-101.

CORROCHANO, M. C. **O trabalho e a sua ausência**: narrativas do programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade de São Paulo, 2008. (Tese de Doutorado)

DAYRELL, J. Juventude, grupos de estilo e identidade. In: **Educação em Revista**. Belo Horizonte: FEA/UFMG, n. 30, 1999.

_____. **A Música entra em cena**: o Rap e o Funk na socialização da juventude em Belo Horizonte. São Paulo: Faculdade de Educação da USP. (Tese de Doutorado). 2001.

DAYRELL, J. **O jovem como sujeito social**. Texto apresentado na 25ª reunião da ANPED, anais 2002.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FEIXA, C. P. **De jóvenes, bandas y tribus**. Barcelona: Editorial Ariel (1998) 2006.

FURTER, P. **Educação e vida**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIL, C. Z. de V.; FISCHER, N. B.; STECANELA, N.; SALVA, S.; RAMOS, N. V. **Narrativas juvenis em grupos de diálogos**: nos conteúdos da experiência o significado da existência. Anais do VII RAM, Porto Alegre, 2007.

GIL, C. Z. de V.; FISCHER, N. B.; RAMOS, N. V.; SALVA, S.; STECANELA, N. Por Uma Política de Direitos na Educação. **Revista Democracia Viva**, Jan. 2006/mar. 2006. Rio de Janeiro: Ibase, 2006. p. 6-11.

GIL, C. Z. de V. **No tecer da Juventude, a vida; No tecer da vida, a juventude**: Práticas educativas de jovens de Santo Antônio da Patrulha, em grupos de música e religião. Dissertação de Mestrado/UFRGS, 2003.

_____. Juventude e contemporaneidade: limites e possibilidades. **Revista Última Década**. Junho, n. 20. Vinha del Mar: 2004, p.47-69.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; INSTITUTO PÓLIS. **Juventude Brasileira e Democracia**: participação, esferas e políticas públicas. Rio de Janeiro: Ibase, 2005. 103p. (Relatório de Pesquisa).

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; INSTITUTO PÓLIS. **Juventude Brasileira e Democracia**: participação, esferas e políticas públicas. Porto Alegre: UFRGS, 2005. (Relatório de Pesquisa da Região Metropolitana de Porto Alegre).

LECCARDI, C. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, vol. 17, n. 2, nov. 2005.

MARGULIS, M. **Viviendo a toda**: Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Departamento de Investigaciones Universidad Central, 1998.

_____. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 2000.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, M. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 2000, p. 13-30.

MELUCCI, A. **A invenção do Presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução: Maria do Carmo Alves do Bomfim. Rio de Janeiro: Vozes. 2001.

Carmem Zeli de Vargas Gil

_____. Silencio y voz juveniles. Individuidad y compromiso en la experiencia cotidiana de los adolescentes. **Vivencia y convivencia**. 2001b.

_____. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. Juventude e Contemporaneidade. São Paulo: ANPED, Número Especial: n. 5: maio/jun./jul./ago. e n. 6: set./out./nov./dez., 1997.

_____. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento: entrevista a Leonardo Avritzer e Timo Lyra. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, Cebrap, n. 40, 1994, p. 152-166.

_____. A experiência individual na sociedade planetária. **Revista Iua Nova**, São Paulo. Cedec, n. 38, 1996.

_____. **Il gioco dell'io**; il cambiamento di sé in una società global. Milano: Feltrinelli, 1992a.

_____. FABBRINI, A. **L'età dell'oro**: adolescenti tra sogno ed esperienza. Milano. Feltrinelli. 1992b.

PAIS, J. M. **Ganchos, tachos e biscates**: jovens, trabalho e futuro. Porto: Âmbar, 2001.

_____. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, (1993) 2003. 2ª ed.

PERALVA, A. O Jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5 e 6, maio/ago. set./dez. 1997, p. 15-24.

REGUILLO, R. La gestión del futuro: Contextos y políticas de representación. In: JOVENes, **Revista de Estudios sobre juventud**. México: Nueva Época, n. 15, 2001.

_____. Ciudadanías Juveniles en America Latina. **Última Década** n. 19, CIDPA, Viña del Mar, noviembre, 2003a.

_____. Las culturas juveniles: um campo de estudio. Breve agenda para la discusión. **Revista Brasileira de Educação**. Belo Horizonte, n.23, maio/ago., 2003b p. 103-117.

_____. **Emergencia de culturas juveniles. Estrategias del desencanto**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma. 2000.

SERNA, L. Globalización y participación juvenil. **Revista JOVENes**. Mexico: DF, julio-diciembre, Año 1, n. 5, 1997, p. 42-57.

SERRANO, J. F. Somos el extremo de las cosas: pistas para comprender culturas juveniles hoy. In: CUBIDES, Humberto J.; TOSCANO, María Cristina Laverde; VALDERRAMA, Carlos Eduardo H. (Ed.). **Viviendo a toda**: Jóvenes, territórios culturales y nuevas sensibilidades. Série Encuentros, Fundación Universidad Central, Santafé de Bogotá: Paidós, 1998, p. 241-259.

SPOSITO, M. P. (Coord.). **Espaços públicos e tempos juvenil**: Um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007.

_____. **Espaços públicos e tempos juvenil**: diversidade e conflitos nas ações do poder público em cidades brasileiras. Anais do VII RAM, Porto Alegre, 2007.

_____. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da Juventude**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: editora fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. **Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação**. Anais da 22ª Reunião ANPED, 1999.

_____. Educação e Juventude. **Educação em Revista**. Belo Horizonte: FEA/UFMG, n. 29, 1999.

_____. Juventude: crise, identidade e escola. DAYRELL, Juarez. (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

SPOSITO, M. P.; CORROCHANO, M. C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo social**, USP, 2005. v. 17, n. 2, nov., p. 141-172.

SPOSITO, M. P.; HADDAD, S. **Juventude, escolarização e poder local**. Projeto de Pesquisa/FAPESP. São Paulo, 2004.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, set./dez, 2003. p. 16-39.

SPOSITO, M. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: Juventude e Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, Número Especial: n. 5: mai/jun/jul/ago e n. 6: set/out/nov/dez, 1997.

SPOSITO, M. P.; PERALVA, Angelina (Org.). Juventude e Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5/6, São Paulo: ANPED, 1997.

VALENZUELA, J. M. Identidades juvenis. In: CUBIDES, H. J.; TOSCANO, M. C. L.; VALDERRAMA, C. E. H. (Ed.). **Viviendo a toda**: Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Fundación universidad Central, Santafé de Bogotá: Paidós, 1998, p. 38-45. (Série Encuentros).

Carmem Zeli de Vargas Gil

Notas

¹ O Brasil encontra-se em plena transição demográfica, com um ritmo de crescimento populacional em declínio. Na década de setenta, a população do país crescia a uma média anual de 2,5%, na década de oitenta o crescimento populacional havia se reduzido para 1,9% ao ano e na de noventa para 1,6% ao ano (IBGE, Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991 e 2000). Já a evolução da população jovem apresentou, neste mesmo período, diferenças importantes em relação à da população total: o seu ritmo de crescimento caiu mais intensamente entre as décadas de setenta e oitenta (de 3,0% ao ano para 1,2% ano). Na década de 70, e mais ostensivamente na década de 80, começa a cair a taxa de natalidade, o que origina um arrefecimento no crescimento. A partir do novo século, o Brasil começa a registrar taxas de reposição de sua população. Efeito desses movimentos nas taxas de natalidade e de mortalidade, a participação do contingente de crianças e adolescentes (0 a 14 anos de idade) cai drasticamente: de 38,2% do total da população em 1980 despenca para 26% em 2006. Também cai em proporção bem menor a participação dos jovens, resultado posterior das quedas nas taxas de natalidade: de 21,1% em 1980 para 18,5% em 2004. Mas esse processo de contração da população jovem está em sua fase inicial; vai se incrementar ainda nos próximos anos. Pelo contrário, a população adulta (25 a 64 anos de idade) cresceu bem rapidamente, passando de 36,6% em 1980 para 48,4% do total em 2006. Situação semelhante acontece com a população idosa, que passa de 4% para 7,1% do total da população nesse mesmo período. (Relatório do desenvolvimento Juvenil, 2007).

² La juventud se erige en vanguardia portadora de transformaciones, notorias o imperceptibles, en los códigos de la cultura, e incorpora con naturalidad los cambios en los costumbres y en las significaciones que fueran objeto de luchas en la generación anterior; su sensibilidad, sistema perceptivo, visión de las cosas, actitud hacia el mundo, sentido estético, concepción del tiempo, valores, velocidades y ritmos nos indican que está habitando con comodidad un mundo que nos va dejando atrás.

³ Os autores exploraram as conexões dos jovens com os movimentos musicais, midiáticos e de políticas públicas.

⁴ Fontes: Tommasi, Nogueira e Corrachano (Orgs.), Almanaque da Juventude, 2007. IBGE. INEP.

Correspondência

Carmem Zeli de Vargas Gil – Rua Rua Espírito Santo, 95 – B. Pitangueiras, Santo Antônio da Patrulha, CEP: 95500-000, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: carmemz.gil@gmail.com

Recebido em 17 outubro de 2010

Aprovado 19 de janeiro de 2011